Conclusão

A *Revista de Cultura & Política*, lançada pelo CEDEC um ano após a fundação deste e publicada entre os anos de 1978 e 1982, foi uma resposta a demanda dos intelectuais que a criaram pela construção de um sentido a sua ação no contexto de um crescente engajamento desses no processo de Abertura política brasileira. Como deixa claro o editorial do primeiro número da revista, os conceitos que nas suas páginas seriam discutidos tiveram por objetivo pensar o sentido da história brasileira naquele momento, e pensar, nesta, o lugar que os intelectuais deveriam ocupar.

Os responsáveis pela fundação do CEDEC, membros, como eram, de uma geração intelectual por vezes associado ao Seminário de Marx, organizado por orientandos do sociólogo Florestan Fernandes, incorporaram diversos debates e conceitos que haviam sido desenvolvidos ao longo das décadas de 1960 e 1970. Tal trajetória intelectual possuía um fio orientador: a crítica ao nacionalismo-desenvolvimentista tal como formulado pelo ISEB, eleito, por sua vez, pelos intelectuais desta geração da Escola Paulista como centro construtor de uma narrativa histórica brasileira a ser combatida.

Dois são os principais diálogos realizados pelos autores da *Revista de Cultura & Política* com seu passado recente, em dois momentos distintos.

Em primeiro lugar, dão continuidade à crítica desenvolvida ao nacionalismo-desenvolvimentista logo após a experiência do golpe militar de 1964. A razão da opção por tal continuidade discursiva explica-se pelo fato de que as obras publicadas, em meados na década de 1960, por intelectuais da Escola Paulista sob efeito da referida experiência, deram uma importante contribuição para a construção de um imaginário sobre o lugar de fala desses autores.

Nas obras de Octavio Ianni e Francisco Weffort, publicadas logo após o golpe, o conceito de populismo ganha centralidade em seus discursos por permitir a historicização do nacionalismo-desenvolvimentista do ISEB. Ambos os autores analisam o momento histórico que vai de 1946 a 1964 como um período já superado na história brasileira, e procuram entender o porquê de seu fim trágico. Com isso, a distância científica já elaborada por Florestan Fernandes em sua crítica ao ISEB, atualiza-se como uma distância também temporal. A ênfase no

caráter de ruptura do golpe de 1964 e do anacronismo das práticas e idéias políticas das forças trabalhistas e nacionalistas contribui para a demarcação do intelectual com origem nas tradições da Escola Paulista, com seu discurso e objeto já bem delimitado: a sociedade civil. Essa perspectiva será atualizada para legitimar o lugar de fala dos intelectuais do CEDEC no contexto da Abertura política.

Em segundo lugar, incorporam a pesada crítica ao conceito de desenvolvimento realizado no âmbito do CEBRAP durante a década de 1970. Por meio da análise das obras de Fernando Henrique Cardoso e Francisco de Oliveira, o presente trabalho procurou mostrar como o conceito de desenvolvimento, anteriormente central para conferir um sentido à narrativa da história brasileira, se esvaziava no contexto de crescimento econômico com forte exclusão social. Assim, as críticas ao nacionalismo-desenvolvimentista são usadas para atacar o desenvolvimento como um todo, que passa a ser visto de maneira negativa.

Ao realizar esse movimento, a narrativa, em seu segundo momento, iguala o Estado Novo, a República de 1946 e o Regime militar de 1964 sob a ótica do autoritarismo associado ao desenvolvimento capitalista. Desse modo, a democracia, como manifestação de uma ordem social competitiva, surge como pólo oposto ao autoritarismo e ao desenvolvimento fomentado pelo Estado. A democracia torna-se, portanto, o horizonte que confere sentido à narrativa por meio da qual os intelectuais do CEBRAP se colocavam em uma postura de oposição ao regime militar.

Esses dois momentos da geração do Seminário de Marx se fazem presentes na fundação do CEDEC e na publicação de sua revista. O discurso científico e o lugar de fala legitimado pela história fazem com que esses intelectuais se insiram no debate da Abertura política como fomentadores da democracia. Em torno desse leque de conceitos recuperados neste terceiro momento, caracterizado pela luta política em prol da democracia, a *Revista de Cultura & Política* confere ênfase a dois conceitos: o de *crise* e o de *transição*.

Sobre a falência do conceito de desenvolvimento, retratado de forma negativa nas páginas da Revista, abrem-se novos desafios ao país. A tentativa do regime militar de organizar um processo de distensão é lida sob o signo da crise. Desse modo, os intelectuais do CEDEC geram uma interpretação em que o projeto político da Abertura escapa ao controle do governo. Em crise também estão as

oposições, que não conseguem se desvencilhar do modo de se fazer política característico do autoritarismo, preso a instituições que são excludentes por natureza histórica.

O pano de fundo da crise das oposições é a crise pela qual passa a sociedade brasileira desde 1930, quando a presença de um Estado bonapartista e corporativista impediu o pleno desenvolvimento de uma sociedade civil forte, engajada, competitiva, autônoma e participante. O autoritarismo, em si, passa a ser lido como uma crise. A carga semântica do conceito de crise refere-se a uma decisão que permanece em aberto, que deveria ser tomada e, no entanto, por variados motivos, não o é¹⁷⁹.

O impasse dessa crise histórica só poderia ser resolvido quando o país completasse seu processo de modernização, ou seja, quando construísse uma verdadeira democracia, segundo a tradição ocidental. Para Francisco Weffort, o peso do passado é o principal obstáculo à continuidade de uma narrativa que tem por fim o estabelecimento desta democracia.

A transição, portanto, só poderia ser realizada ao negar-se essa tradição passada, algo só possível por meio da reflexão crítica sobre esse mesmo passado; tarefa para a qual os intelectuais do CEDEC estão em posição privilegiada para realizar. Essa idéia de transição prega uma ruptura com a experiência delimitada na narrativa histórica presente no CEDEC, que se equilibra entre o atraso e a modernidade, entre o autoritarismo e a democracia.

A herança intelectual da Revista serve para construir o lugar de ação dos responsáveis por sua elaboração. Por meio desta tradição intelectual, presente em sua narrativa, o discurso da Revista prende a sociedade brasileira ao peso de uma experiência autoritária, para qual a única solução seria a negação das instituições e práticas políticas passadas. No contexto da Abertura, tais conceitos de crise e transição operariam para criticar intelectuais, muitas vezes oriundos também da tradição da Escola Paulista, que haviam se engajado na Abertura por meio de uma aproximação com o PMDB. Como contrapartida, vislumbrava-se a possibilidade de construção de um partido originado exclusivamente na sociedade civil e que, por isso, poderia encaminhar uma agenda de crítica ao Estado autoritário. Este partido era o PT. Nas páginas da Revista, foram valorizados os acontecimentos que, de

¹⁷⁹ KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e Crise**. Rio de Janeiro: EdUERJ; Contraponto, 1999.

algum modo, poderiam guardar relação com o conceito de democracia pretendido, o que explica a ausência de debates ou artigos sobre temas significativos, como o da anistia política.

Nos debates sobre a transição presentes na Revista, que envolveram intelectuais que haviam optado por um dos dois caminhos, como Fernando Henrique Cardoso, de um lado, e Francisco Weffort e José Álvaro Moisés, de outro; ambos os lados exploram as inconsistências de uma narrativa que havia sido formulada em um contexto de crítica, e que agora precisava organizar um projeto de ação política. Em meio às controvérsias, entretanto, ganhou força na política paulista um conceito de democracia fortemente ancorado na sociedade civil e com profundo desprezo pelas tradições políticas oriundas da República de 1946.

A consolidação dessa narrativa não se deu por meio de consensos teóricos, mas por meio da consolidação das duas alternativas que haviam sido colocadas nos debates da Revista. Para ambos os casos, o ano de 1982 representa um marco. Por um lado, o PMDB conquista o governo de importantes estados da federação, em especial São Paulo, e faz com que a narrativa da Escola Paulista engendrada pelos intelectuais que optaram pelo apoio a este partido se reencontrasse, em sua crítica ao autoritarismo, com o liberalismo federalista, que passará a contar com grande poder na condução da Abertura.

Por outro lado, a Revista chega ao seu fim em 1982, ainda que o suposto número seguinte já estivesse sendo divulgado nas páginas da própria revista. Em 1984, o CEDEC relançaria uma revista própria, já com outro título e outros propósitos. Os debates lançados pela *Revista de Cultura & Política*, entretanto, não chegam ao fim junto com a revista, mas encontram espaço para se propagar nos meio político do estado paulista, em especial no sindicalismo do ABC e no Partido dos Trabalhadores.

Em comum entre as duas alternativas, a crítica ao nacionalismo-desenvolvimentista e a orientação por um conceito de democracia ancorado na concepção de uma sociedade civil forte e de uma ordem social competitiva, que animaria o liberalismo brasileiro nas décadas que se seguiriam.